



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 84/2012**

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher - PROSEM no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a instituir o Programa de Segurança da Mulher – PROSEM, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que consiste em um conjunto de políticas específicas, no âmbito da ação de polícia, da proteção às mulheres vitimadas, da responsabilização dos autores de violência contra a mulher, da prevenção da violência de gênero e da qualificação das informações sobre as formas de violência que atingem particularmente as mulheres.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, entende-se o conceito de violência de gênero, utilizado aqui como sinônimo de violência contra mulher, nos termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

**Art. 2º** Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através de setor especializado na execução de políticas de segurança para a mulher, implantar e gerir o PROSEM.

**Art. 3º** As ações do PROSEM consistirão em:

I – apoiar o trabalho das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, realizando as articulações necessárias para garantir os recursos humanos e materiais indispensáveis ao bom funcionamento das mesmas;

II – assegurar a qualificação contínua dos funcionários das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;

III – preservar, aprimorar e expandir o projeto do núcleo de acolhida a mulheres vítimas de violência sexual, do Instituto Médico Legal, proporcionando-lhes atendimento especializado e a realização dos exames periciais em condições humanas e tecnicamente condignas;

IV – promover cursos e treinamentos aos oficiais e praças, na Polícia Militar, além de consolidar e monitorar procedimentos específicos, relativos à abordagem policial nos casos de violência doméstica contra a mulher;

V – apoiar as ações do Grupo Executivo da Delegacia Legal, no sentido de criar, gerir e monitorar, em parceria com outros órgãos do Estado, os abrigos para mulheres em situação de risco doméstico;

VI – consolidar e ampliar parcerias com os Juizados Especiais Criminais e as Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no sentido de encaminhar os homens acusados de violência de gênero para grupos reflexivos de gênero, complementarmente a outras penas ou medidas alternativas;

VII – implantar em escolas, comunidades e onde mais parecer pertinente e viável, grupos reflexivos de gênero, formado por jovens ou adultos, visando à prevenção da violência contra a mulher;

VIII – produzir e divulgar, regularmente, diagnósticos detalhados sobre os crimes que atingem particularmente às mulheres;

IX – contribuir, através de campanhas informativas, para que a violência contra a mulher, bem como os recursos para enfrentá-la, ganhem visibilidade.

**Parágrafo único.** A implantação e a execução do PROSEM, assim como o monitoramento das atividades que lhes são afetadas, deverão ter como base um diálogo estreito com os movimentos de mulheres, com os com os organismos da sociedade civil e do Estado (particularmente a Comissão de Segurança da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), bem como dos profissionais envolvidos no esforço de prevenção e redução da violência contra a mulher.

**Art. 4º** As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.


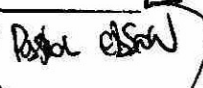
**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação.

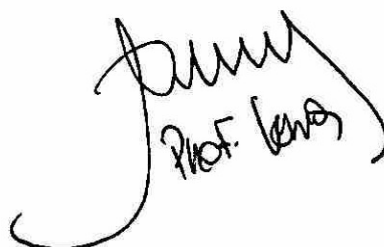


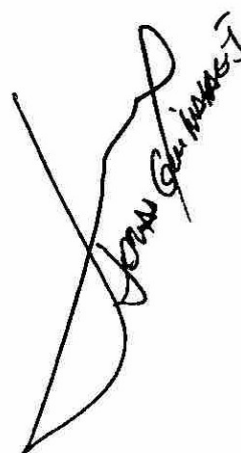
**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2013.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator 

  
Prof. Lemos

  
Relator



DEP. RAOCA RODRIGUES  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 02 JUL. 2012  
*Ruy*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

315/12

**SÚMULA:** Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:**

**Artigo 1º** - Os fabricantes, importadores e respectivos elos da cadeia produtiva de bens físicos, produtos sob qualquer forma, designação ou natureza, comercializados ou colocados à disposição do consumidor no Estado do Paraná, deverão veicular de forma expressa e inequívoca, em todas as embalagens, materiais impressos, comunicação em todos os meios de veiculação, um **Rótulo Descarte Padrão** que indica ao consumidor, onde e como fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos provenientes do acondicionamento e/ou ao final do ciclo de consumo, e contemple, no mínimo, os parâmetros definidos nesta lei.

**Artigo 2º** - O **Rótulo Descarte Padrão**, deverá direcionar o consumidor a banco de dados com cobertura nacional atualizada, disponibilizado na Rede Mundial de Computadores - internet, possibilitando fácil gerenciamento da logística reversa, bem como atendimento pelos SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor de cada empresa, feitos por intermédio de atendimento telefônico, proporcionando amplo acesso por parte do consumidor.

*R*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



I – os dados dos pontos de descarte de cada tipo de material reciclável deverão conter: nome do estabelecimento, endereço/logradouro completo, CEP, Cidade, Estado, e endereço de correio eletrônico;

II – a listagem que perfaz o cadastro dos pontos de descarte é de responsabilidade exclusiva de cada fabricante, importador ou demais elos da cadeia produtiva da marca comercializada;

III – o serviço de informação dos pontos de descarte deve ser 100% gratuito à população;

IV – o uso de tecnologias e codificações para mobilidade (celulares, tablets, entre outros) deve ser incorporada ao **Rótulo Descarte Padrão** de modo a facilitar a rápida identificação dos pontos de descarte;

V – o serviço de informação dos pontos de descarte deverá estar disponibilizado na internet, inclusive com mapa de apontamento do local, podendo ser próprio ou prestado por fornecedores especializados;

§ 1º – Caso o contato telefônico via SAC usar secretárias eletrônicas ou similares, ou ainda, contato via Correio Eletrônico, a comunicação personalizada ao consumidor, em retorno, deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º – Durante uma eventual ou necessária espera ao telefone, não serão apresentadas ao consumidor, através de gravação ou qualquer outro meio, mensagens de caráter publicitário.

§ 3º - A possibilidade do uso de correio eletrônico não retira a obrigação de o atendimento também tornar-se disponível para o consumidor por meio telefônico.

**Artigo 3º** - Qualquer descumprimento desta lei poderá ensejar ao consumidor a devida reclamação aos órgãos de proteção ao consumidor, em ação no Estado do Paraná, sendo que, nessa - hipótese, será aplicável pela fiscalização da Secretaria de Justiça à empresa infratora, através de sua representação no território paranaense, uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada situação irregular.

§ 1º – A multa poderá ser aplicada concomitantemente com a estipulação de um prazo para o saneamento da irregularidade, sendo possível a aplicação de mais multas iguais, caso a regularização não ocorra.

§ 2º – As multas arrecadadas serão levadas a crédito do Fundo Estatal de Proteção ao Consumidor – FECON Criado pela Lei nº 7132 de 28 de dezembro de 2005.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Artigo 4º** - O disposto nesta lei não prejudica a aplicação de demais sanções previstas em outras disposições legais, no que for pertinente, em especial no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.990).

**Artigo 5º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de julho de 2012



**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

A sociedade não quer continuar dispondo dos resíduos pós-consumo (lixo inorgânico), de forma equivocada e anti-ambiental. O sentimento de culpa e negligência gerado diariamente nas famílias do Paraná vem atingindo níveis preocupantes. É necessário que ações sejam adotadas com o intuito de mudar esta realidade.

Desde a década noventa, iniciou-se no Estado do Paraná, processo de educação ambiental com o objetivo de criar uma nova consciência dentro dos lares. O conceito de separação seletiva do lixo doméstico, pelo menos nos níveis de orgânicos separados dos inorgânicos, trouxe a evolução do exercício da cidadania em muitas cidades. Essas ações são consideradas nos dias de hoje como eixo motor da sociedade em direção ao progresso e ao desenvolvimento. A evolução dos procedimentos de separação e destinação correta de tudo aquilo que consumimos vem crescendo de forma positiva entre os paranaenses. Isso ocorre face à nova consciência que vem se estabelecendo com fulcro na preservação do meio ambiente e de hábitos sustentáveis

Muitas cidades paranaenses dentre elas Curitiba, são pioneiras na implantação de sistemas de coleta seletiva, ampliando a ressonância desse comportamento. Essas cidades apresentam hoje, o sucesso de suas iniciativas, por ser o Paraná precursor da coleta seletiva dos resíduos produzidos pela sociedade, antes mesmo do restante do País sequer pensar em elaborar propostas sobre o assunto. Esta consciência veio em resposta aos conclames





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



legais debatidos e contidos no Código de Defesa do Consumidor, e no artigo 5º da Carta Magna que determina que o acesso a informação é direito fundamental do cidadão.

Sendo assim é chegada a hora de estabelecer um novo marco em direção ao cumprimento do desejo da sociedade. O projeto de lei ora proposto é um divisor de águas nesse processo, pois cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informações sobre pontos de descartes de materiais recicláveis em todo território paranaense. A proposta visa proporcionar a orientação do consumidor no descarte correto de todos os resíduos sólidos provenientes de seu consumo.

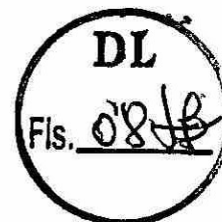
O **Rótulo Descarte Padrão** é a melhor resposta a este anseio, pois conscientiza e organiza: fornecedores, intermediários, e consumidores, sobre a importância da logística reversa e os locais apropriados para a realização da mesma. Para que isso ocorra, bastará uma simples verificação nas embalagens ou impressos dos produtos, e o consumidor rapidamente poderá identificar o serviço de informação sobre os pontos de descarte de cada material reciclável que disporá diariamente.

Com esta ação, ganha o Consumidor, que praticará o que é certo, descartando lixo-rico de forma correta. Ganha o Catador-Reciclador que é remunerado por um serviço digno e fundamental, ganha o Meio Ambiente que será minimamente impactado pela deterioração e contaminação da biodiversidade local e ganha o Estado com a ampliação da indústria da reciclagem, que necessita



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



de fluxo contínuo de suprimentos "matérias primas", hoje desperdiçados em aterros e lixões, gerando riqueza, empregos verdes, além da lição de cidadania, organização e sustentabilidade.

Sendo assim, solicito a especial atenção dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis no apoio e aprovação da presente proposta.

R



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 315/12**

**Projeto de Lei nº 315/12**

**Autor: Deputado Rasca Rodrigues**

**Súmula:** "Cria o Rótulo Descarte Padrão e o Serviço de Informação sobre Pontos de Descartes de Materiais Recicláveis e dá outras providências".

**EMENTA:** "CRIA O RÓTULO DESCARTE PADRÃO E O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO SOBRE PONTOS DE DESCARTES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS". IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VICIO DE INICIATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO ATRAVES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. ART. 66, IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INCONSTITUCIONAL. NÃO APROVAÇÃO. PARECER CONTRÁRIO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem como finalidade criar o Rótulo Descarte Padrão e o Serviço de Informação sobre Pontos de Descartes de Materiais Recicláveis.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe a Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Com referência ao projeto ora em análise, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** no seu artigo 2º expõe que os Poderes são **independentes** e harmônicos entre si, entendendo que cada qual é responsável e autônomo para as suas atividades administrativas, não podendo um Poder interferir no outro, senão vejamos:

**Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (grifo nosso).**

No projeto ora analisado, o legislador estadual ao desenvolvê-lo, acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si. Sendo assim, o Poder Legislativo não pode legislar acerca de assuntos que sejam de interesse local de cada Município.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Teoria da Separação dos Poderes, *mecanismo clássico de organização e limitação do poder político*<sup>1</sup>, na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam, a Executiva, a Legislativa e a Judicial. Tal separação constitui *um sistema de freios e contrapesos*, permitindo assim *que o "poder controle o próprio poder"*<sup>2</sup>, impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.

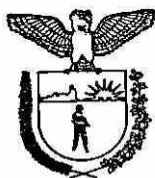
Essa separação, também denominada de divisão de poderes, fundamenta-se, pois, em dois elementos: especialização funcional, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função; e independência orgânica, significando que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação. Trata-se, pois, como se vê, de uma forma de organização jurídica das manifestações do Poder<sup>3</sup>.

Além de desenvolver o presente projeto de lei violando o Princípio da Separação dos Poderes, cabe ressaltar que a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** em seu artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.

<sup>3</sup> AFONSO DA SILVA, José. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, São Paulo: Ed. Malheiros, 2006. 29ed. pg. 109.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)**

No mesmo sentido, o artigo 87, III, também da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, assim dispõe, senão vejamos:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

(...)

Neste sentido, é a **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**, através da Lei 7978 de 30/11/84, onde consta como órgão responsável pela instituição de programas referente à assuntos ambientais, como o da reciclagem, senão vejamos:

**Art. 1º. Fica instituído o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, com as seguintes atribuições:**

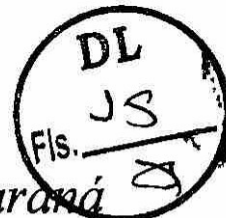
**I - participar da formulação da política estadual do Meio Ambiente, com caráter global e integrado e de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da administração direta e indireta do Estado, a prevenção e controle da poluição, combate às diversas formas de erosão, o uso e a gestão racionais do solo e dos recursos naturais, bem como sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica;**

**IV - incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades tendentes à defesa e preservação do**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



ambiente e fomentar a criação de associações de conservação da natureza;

VI - desenvolver, pelos meios necessários, uma ação educacional que sensibilize a sociedade quanto ao dever de defesa e preservação do ambiente;

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é inconstitucional por conter vício de iniciativa, uma vez que a competência para instituir programas voltados ao meio ambiente é de competência do Governo do Estado por meio da Secretaria de Meio Ambiente.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE** gerado por **VÍCIO DE INICIATIVA do Poder Legislativo**.

Sala das Comissões, 09 de JULHO de 2011.

**Deputado CAITO QUINTANA**  
**Presidente em exercício**

**Deputado HERMAS BRANDÃO JR.**  
**Relator**

**APROVADO**  
**09/07/12**



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Recebido

Em

Por

Coord. Jurídico  
CCJ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### RECURSO CONTRA O PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE E VÍCIO DE INICIATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 315/2012

#### RECORRENTE: DEPUTADO RASCA RODRIGUÉS

Fundamentados no art. 33-A, § 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, interponemos o presente recurso pelas razões abaixo elencadas:

#### I – PELO DEFERIMENTO DO RECURSO:

O parecer ao projeto nº 315/12, apresentado pelo Deputado Hermes Brandão Júnior e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em 09 de julho de 2012, manifesta-se pela rejeição, visto que, no entendimento do relator, o mesmo encontra-se revestido de vício de iniciativa e inconstitucionalidade.

O citado parecer foi publicado no Diário Oficial do dia 10/07/2012, demonstrando, portanto, a tempestividade do presente recurso.

#### II – PELAS RAZÕES DO RECURSO:

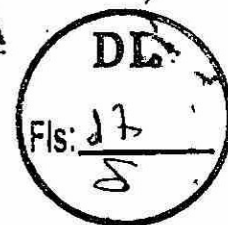
Através do presente, requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, já que não há vício de iniciativa nem inconstitucionalidade no projeto de lei de nossa autoria, conforme passamos a comprovar:

2



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Não há de se falar em vício de iniciativa tão quanto em inconstitucionalidade, uma vez que o projeto foi criado obedecendo ao que determina a Constituição Federal e a Constituição Estadual do Paraná.

Quando se fala em "Criar o rótulo descarte padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis", estamos falando em PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO.

Tanto a Constituição Federal quanto a Constituição do Estado do Paraná estabelecem que a competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição é comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal:

Art. 23, VI da Constituição Federal:

Art. 23. É COMPETÊNCIA COMUM da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - PROTEGER O MEIO AMBIENTE e COMBATER A POLUIÇÃO em qualquer de suas formas;

Art. 24, VI da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, LEGISLAR CONCORRENTEMENTE sobre:

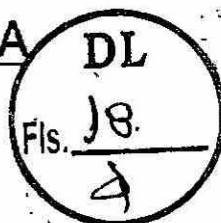
(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## naturais, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO;

Os textos constitucionais acima citados dispõem sobre a distribuição vertical de competências, definindo que diferentes entes políticos podem tratar de uma mesma matéria, com a predominância da União que irá legislar sobre normas gerais, e garantindo ao Estado a competência concorrente de legislar sob a ótica dos seus interesses locais, podendo cuidar das minúcias da matéria e do seu detalhamento.

De idêntica forma, a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13, VI, dispõe:

Art. 13. Compete ao ESTADO,  
CONCORRENTEMENTE COM A UNIÃO,  
LEGISLAR sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação  
da natureza, defesa do solo e dos recursos  
naturais, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E  
CONTROLE DE POLUIÇÃO;

Portanto, resta comprovada a competência dos Estados Federados para legislar sobre a matéria do Projeto de Lei em tela, portando é legal a proposição do projeto nº 315/12.

No que tange a competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA para legislar sobre meio ambiente, percebemos equívoco na fundamentação do relator, visto que tal competência não é exclusiva ou privativa e sim concorrente, podendo



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ DL

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Fls. 19

ser exercida tanto pelo Poder Executivo, quanto pelo Legislativo. Nesse sentido, a Constituição Federal é clara, em seu art. 61:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No mesmo viés, no art. 65, nossa Constituição Estadual preceitua:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Não bastasse todos os argumentos acima citados, também podemos nos amparar no art. 225 da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, IMPONDO-SE AO PODER PÚBLICO E À COLETIVIDADE O DEVER DE DEFENDÊ-LO

2



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**E PRESERVÁ-LO para as presentes e futuras gerações.**

Fundamental esclarecer que o controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas e métodos para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado é dever, segundo a nossa Constituição Federal do poder público e de toda coletividade, portanto a criação do rótulo descarte padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis tem o objetivo de defender e preservar o meio ambiente para a presente e para as futuras gerações.

**Art. 225, V da Constituição Federal:**

**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, IMPONDO-SE AO PODER PÚBLICO E À COLETIVIDADE O DEVER DE DEFENDÊ-LO E PRESERVÁ-LO para as presentes e futuras gerações.**

**V - CONTROLAR A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O EMPREGO DE TÉCNICAS, MÉTODOS E SUBSTÂNCIAS QUE COMPORTEM RISCO PARA A VIDA, A QUALIDADE DE VIDA E O MEIO AMBIENTE;**

Ao mesmo tempo, é essencial frisar que a matéria tratada no Projeto defendido, não se encontra no rol das atribuições de competência privativa do Governador do Estado, expostas nos arts. 66 e 87, da nossa Constituição Estadual.

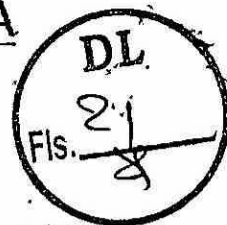
**Art. 66 da Constituição do Estado do Paraná:**





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

§ 1º. O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º. No caso do § 1º, se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º. O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.

Art. 87 da Constituição do Estado do Paraná:

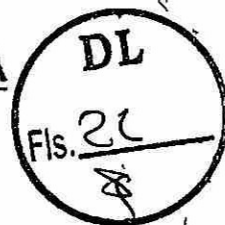
Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

R



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;

VIII - solicitar a intervenção federal no Estado, nos termos da Constituição Federal;

IX - decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios, na forma desta Constituição;

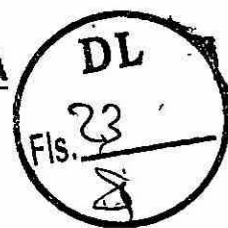
X - remeter mensagem e plano de governo à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Estado;

XI - prestar contas, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



abertura da sessão legislativa, relativamente ao ano anterior;

XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em lei;

XIII - nomear agentes públicos, nos termos estabelecidos nesta Constituição;

XIV - enviar à Assembléia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos nesta Constituição;

XV - indicar dois dos conselheiros, auditores, e controladores do Tribunal de Contas do Estado;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

XVII - nomear os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, sendo cinco após aprovação da Assembléia Legislativa, obedecido o disposto no art. 77, § 1º.

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

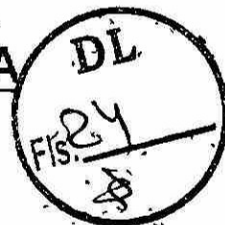
XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

*h*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresa pública, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Parágrafo único. O Governador do Estado poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e XVI primeira parte, aos Secretários de Estado, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador-Geral do Estado, que deverão observar os limites traçados nas respectivas delegações.

Complementando o tema, o art. 53, da Constituição do Estado do Paraná, determina:

Art. 53. CABE À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

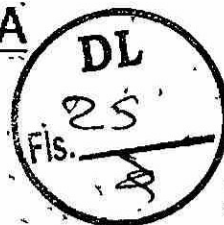
XVII - MATÉRIA DA LEGISLAÇÃO CONCORRENTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

R



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Não bastassem todos os fundamentos legais já explanados no presente, suficientes para o acatamento deste recurso ainda no art. 170 da Constituição Federal o legislador defende como um dos princípios gerais da ordem econômica do nosso país a defesa do meio ambiente:

**Art. 170. A ORDEM ECONÔMICA, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, TEM POR FIM ASSEGURAR a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:**

**VI - DEFESA DO MEIO AMBIENTE, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;**

Portanto, a legislação infraconstitucional não pode contrariar as Constituições Federais e Estaduais, não cabendo exclusividade à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA nem aos Municípios legislar isoladamente sobre o tema.

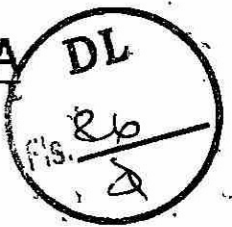
Também não cabe a alegação de ferir a Teoria da Separação dos Poderes, visto que legislar é função típica do Poder Legislativo e não do Poder Executivo. Ainda, a referida teoria tem por objetivo proporcionar um esperado equilíbrio entre as manifestações de vontade emanadas pelo Estado, sendo que os três poderes fixam-se autônomos, independentes e sem que nenhum concentre poder suficiente para impor-se sobre os demais, exercendo, em regra, funções estatais específicas de forma prevalente, mas também exercendo as outras duas funções de forma subsidiária, o que resultaria em um

R



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



controle de um sobre o outro, coibindo assim arbitrariedades, bem como a separação rígida das funções estatais.

Se considerado como posto o parecer do relator, pode-se entender que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e os Municípios têm capacidade legislativa superior à do Poder Legislativo, ou seja, a da Assembleia Legislativa, e ainda seria desconsiderar de forma clara o que estabelece tanto a Constituição Federal quanto a Estadual.

Por fim, por não importar em impacto orçamentário-financeiro para o Governo do Estado, não se conseguiu visualizar nenhuma inconstitucionalidade no Projeto de Lei em tela.

Assim sendo, requer-se a revisão proferida por essa Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar novo entendimento à matéria tratada e assim fazer com que o Projeto de Lei nº 315/12 obtenha parecer favorável pela constitucionalidade, resultando em importante contribuição à preservação do Meio Ambiente.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente Recurso.

É o Pedido.

Sala das Comissões, em 11 de julho de 2012.

  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual - PV





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**RECURSO CONTRA: PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº.  
315/12**

**RECORRENTE: DEP. RASCA RODRIGUES**

**EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER  
CONTRÁRIO DA CCJ NA FORMA DO  
REGIMENTO INTERNO ALEP – ART. 33-A, § 2º -  
PRAZO DE 03 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA  
PUBLICAÇÃO DO PARECER – RECURSO  
TEMPESTIVO – RECURSO CONHECIDO –  
NOMEAÇÃO DE NOVO RELATOR.**

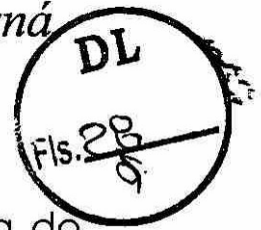
Insurge-se o postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional o presente projeto, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-A, § 2º:

**§ 2º** - O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Conforme se depreende da leitura do supracitado artigo do Regimento Interno desta Casa de Leis, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 03 dias úteis na CCJ, tendo mais 02 (dois) dias ainda para o recurso de plenário.

Assim, considerando-se que a **publicação no veículo oficial** de divulgação dos atos do Poder Legislativo se deu em **13 de julho de 2012**, conforme cópia do Diário Oficial em anexo, e que, iniciando a contagem como determinado no Regimento, temos que a Impugnação ora em análise, foi **protocolada** junto à Comissão de Constituição e Justiça na data de **11 de JULHO de 2012**, estando assim **dentro do prazo recursal**.

Desta forma, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, **CONHEÇO DO RECURSO**, no sentido de que seja o presente Projeto de Lei incluído na pauta para nova deliberação, determinando para tanto, a **nomeação de novo relator**.

Publique-se.

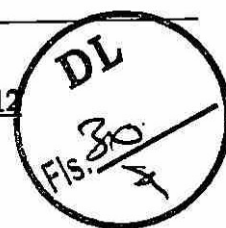
Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2012.

  
Dep. Nelson Justus  
Presidente da CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho*

PARECER AO RECURSO AO PROJETO DE LEI Nº 315/2012



Recurso ao Projeto de Lei nº.: 315/12

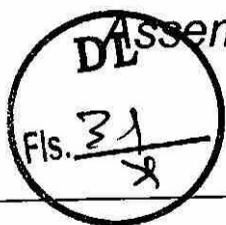
Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE CRIA O RÓTULO DESCARTE PADRÃO E O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO SOBRE PONTOS DE DESCARTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. APRECIACÃO CONTRÁRIA POR PARTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM 09 DE JULHO DE 2012. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM 10 DE JULHO DE 2012. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM 11 DE JULHO DE 2012. CONHECIMENTO DO RECURSO EM FUNÇÃO DE SUA TEMPESTIVIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO PELOS ARGUMENTOS ADUZIDOS PELO RECORRENTE. PARECER REFORMANDO A DECISÃO ANTERIOR.

PREÂMBULO

Trata-se de recurso interposto ao Projeto de Lei 315/2012, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, que Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.



Originalmente, o Projeto de Lei foi apreciado na sessão da Comissão de Constituição e Justiça do dia 09 de julho de 2012, recebendo parecer contrário, o qual foi relatado pelo Deputado Estadual Hermas Brandão Junior e aprovado pelos demais pares presente à sessão.

A publicação dessa decisão deu-se no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no dia 10 de julho de 2012, sendo interposto recurso pelo autor do Projeto no dia 11 de julho de 2012.

### FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, decidir sobre os recursos interpostos em desfavor de suas decisões. Vejamos:

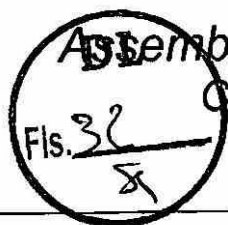
Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

(...)

II – decidir os recursos interpostos contra suas decisões.

### PRELIMINARMENTE

Primeiramente, há de se analisar a tempestividade do recurso interposto. A decisão que declarou inconstitucional o Projeto de Lei 315/2012 foi proferida no dia 09 de julho do corrente ano, sendo publicada em Diário Oficial no dia 10 de julho.



O recurso foi interposto pelo Deputado Estadual Rasca Rodrigues no dia 11 de julho de 2012, conforme acostado aos autos (fls. 16); portanto, interposto dentro do prazo regimental de três dias, conforme estabelecido pelo art. 33 - A, §2º:

§2º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator.

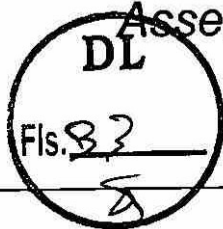
### DO MÉRITO

Quanto ao mérito, *data maxima venia* ao Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, relator originário do Projeto de Lei aqui analisado, entendo que assiste razão ao recorrente.

O Projeto de Lei 315/2012 cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

Analisando-se o Projeto, percebe-se que a matéria objeto se refere à relação de consumo e meio ambiente, matérias essas que os Deputados Estaduais possuem competência concorrente para legislar, conforme preceitua a Carta Magna Brasileira. Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
V - produção e consumo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;  
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Conforme se percebe, em momento algum o Projeto de Lei vai de encontro ao preceituado pela Constituição da República Federativa Brasileira; pelo contrário, vem a instituir uma ação que, certamente, dará fiel cumprimento ao contido em nossa Carta Maior.

A própria Constituição Brasileira fomenta as atividades que promovam um meio ambiente equilibrado. Vejamos o que diz o art. 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

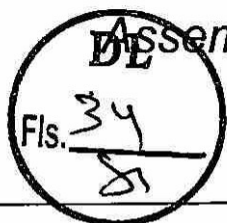
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho**

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Da mesma forma, o Estado do Paraná fez constar em sua legislação maior meios de fomento à preservação do ambiente e relações de consumo. Vejamos o que reza os arts. 13 e 207 da Constituição Estadual:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

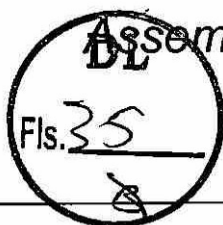
I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;



VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

VII - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

IX - informar à população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

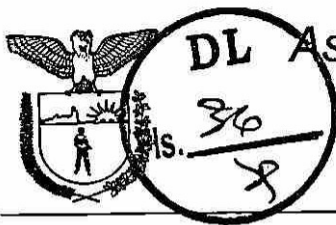
XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

XVI - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XVII - estabelecer aos que, de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;

XVIII - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;

XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abasteçam os centros urbanos.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho**

Portanto, como bem explicitado acima, o presente Projeto de Lei vem ao encontro do preceituado pelas Constituições Nacional e Estadual, ou seja, vem revestido de legalidade e constitucionalidade.

Isso posto, entendo que o recurso aqui analisado merece prosperar, vez que tempestivo bem como pelos argumentos de mérito apresentados pelo recorrente.

**CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, opina-se pelo conhecimento do presente recurso pois tempestivo e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento por entender que os argumentos aduzidos pelo recorrente são ensejadores de reforma da decisão proferida anteriormente por essa Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 06 de novembro de 2012

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

**APROVADO**  
*Moni me 06/11/12*

  
**CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 315/2012**

**Súmula:** Cria o rótulo descarte padrão e o serviço de informação sobre produtos de descarte de matérias recicláveis e dá outras providências

**RELATÓRIO**

O projeto de lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues tem por objetivo regulamentar a orientação do consumidor no descarte correto de todos os resíduos sólidos provenientes de seu consumo.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que conforme art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio, que é o caso do Projeto de Lei em tela.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Sendo assim, é indiscutível a necessidade da manifestação da nossa Comissão no presente projeto, uma vez que o elo mais frágil da corrente do descarte, recolhimento e reciclagem dos resíduos sólidos é justamente a falta de informação



do consumidor onde descartar estes resíduos. Justamente o consumidor, que está na ponta do início do processo, pela desinformação fica à margem, o que significa que o processo não se inicia aí a explicação provável para os baixos índices de recolhimento do lixo reciclável no nosso país.

Ademais, observa-se que o este projeto harmoniza o texto da Lei Federal com as responsabilidades do Estado criando as condições de informação ao consumidor onde realizar o descarte dos seus resíduos, portanto conto com o apoio dos meus nobres pares para a sua aprovação.

As medidas dispostas no projeto são fundamentais para a efetivação do ganho ao consumidor, que praticará o que é certo, descartando lixo-rico de forma correta. Ganha o Catador Reciclador que é remunerado por um serviço digno e fundamental, ganha o Meio Ambiente que será minimamente impactado pela deterioração e contaminação da biodiversidade local e ganha o Estado com a ampliação da indústria da reciclagem, que necessita de fluxo contínuo de suprimentos "matérias primas", hoje desperdiçados em aterros e lixões, gerando riqueza, empregos verdes, além da lição de cidadania, organização e sustentabilidade.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 315/2012.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.

  
Deputado André Bueno  
Presidente

  
Jonas Guimarães  
Relator









# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



Projeto de Lei nº 315/2012

Súmula: Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

Autor do Projeto: Deputado Rasca Rodrigues

Relator: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL

## I – PREÂMBULO

Em conformidade com o art. 30, § 1º, I, c/c o art. 33-P, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, foi protocolado e colocado para apreciação desta Comissão de Defesa do Consumidor o Projeto de Lei nº 315, de 2012, de autoria do Nobre Deputado Rasca Rodrigues, que por finalidade criar o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis.

Com a proposta legislativa, pretende seu autor, gerar uma obrigação aos fabricantes, conforme expresso no *caput* do art. 1º do mencionado projeto, onde deverão veicular de forma expressa um rótulo descarte padrão, que deverá indicar ao consumidor de como este irá fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos.

## II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 42, II do Regimento Interno, foi nos designado para relatar o Projeto de Lei em tela, na qual passo a expor o meu voto.

A proposição em tela reforça os princípios que orientam as relações de consumo, como os da transparência e da confiança. O primeiro princípio requer a necessidade da veiculação de informação clara e correta. O princípio da confiança, por sua vez, está diretamente ligado à ideia de transparência, baseando-se na credibilidade atribuída pelo consumidor ao fornecedor.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

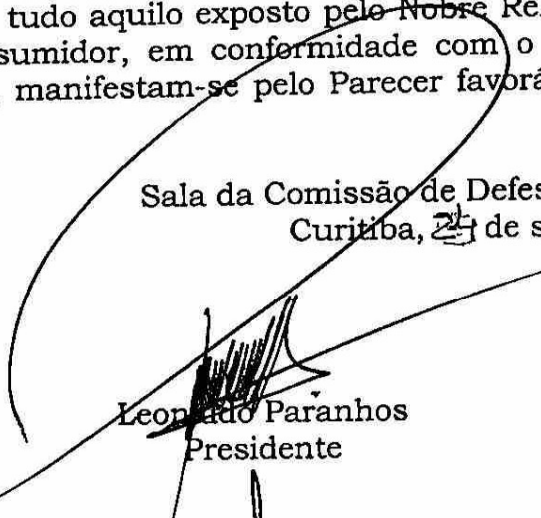


Portanto, quanto à conveniência e oportunidade, entendo ser pertinente a aprovação do Projeto de Lei nº 315/2012, sua forma apresentada, e com a qual concordamos.

## III – CONCLUSÃO E PARECER FINAL

Por tudo aquilo exposto pelo Nobre Relator, a Comissão de Defesa do Consumidor, em conformidade com o art. 43, § 1º do Regimento Interno, manifestam-se pelo Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 315/2012.

Sala da Comissão de Defesa do Consumidor  
Curitiba, 24 de setembro de 2013.

  
Leonardo Paranhos  
Presidente

  
DEP. ROSE LITRO

  
Adelino Ribeiro Silva  
Relator

  
DEP. PEDRO WILSON



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 417/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.  
Em, 10 SET. 2013  
  
1º Secretário

Súmula: Denomina José Marques de Lima, o Viaduto localizado na PR 445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres).

Art. 1º Fica denominada José Marques de Lima, o Viaduto localizado na PR 445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres), situada no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09 de setembro de 2013.

  
TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar José Marques de Lima, o Viaduto em construção localizado na PR 445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger (Avenida dos Torres), situado no Município de Londrina.

José Marques de Lima nasceu em 13 de janeiro de 1949, no Município de Ribeirão Pinhal, filho de João Marques de Lima e Maria Carvalho de Lima.

Foi um dos primeiros técnicos agrícolas do IAPAR, sendo parte da história do Instituto, angariando respeito e admiração de todos pela dedicação e compromisso com que desenvolvia suas atividades.

Iniciou suas atividades no Instituto situado no município de Ponta grossa, sendo transferido para o IAPAR do Município de Londrina onde atuou alguns anos.

Zé Marques, como era carinhosamente chamado, foi peça fundamental nas atividades do Programa Arroz, onde atuava como técnico agrícola, auxiliando posteriormente nas atividades do Programa Agroenergia.

Realizava um trabalho com alta qualidade técnica, com dedicação e compromisso, sempre demonstrando um grande sentimento de apresso ao Instituto onde trabalhava.

Faleceu no dia 29 de janeiro de 2012, deixando três filhos, conforme certidão de óbito em anexo.

Diante do exposto e objetivando prestar uma singela homenagem a esse membro importante do órgão paranaense IAPAR, pedimos o apoio desta proposta e sua devida aprovação.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 417/2013**

**Projeto de Lei n.º 417/2013**

**Autor: Deputado Tercílio Turini**

**SÚMULA:** Denomina José Marques de Lima, o viaduto localizado na PR-445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA.  
DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE  
AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE  
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO  
DER INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO POSSUI  
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.  
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.  
PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo denominar de José Marques de Lima, o viaduto localizado na PR-445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger, situada no Município de Londrina.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do



## PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM - DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

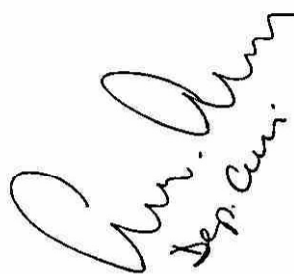
**CONCLUSÃO**

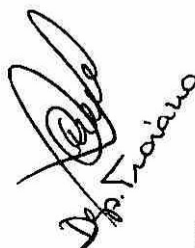
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2013.

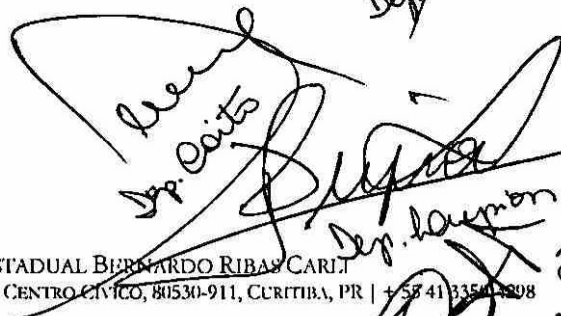
  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Relator

  
Dep. Cur. Cur.


  
Dep. Troiano

  
Dep. Scaron

  
Dep. Furini

**APROVADO**  
05/11/13

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI  
PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/N.º, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR | +55 41 3350-1808

  
Dep. Lacerda



PROJETO DE LEI 457/13

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes nºs 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes nºs 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Município para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região.

**Parágrafo único.** O Município terá o prazo de cinco anos para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 3º** O imóvel retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 17.534, de 16 de abril de 2013.

Palácio do Governo, em 24 de setembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº111/2013

Curitiba, 24 de setembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 30 SET. 2013

*mau*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

*Ross*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes nºs 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes nºs 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de cinco anos para dar atendimento à finalidade prevista.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

*Carlos Alberto Richa*  
**CARLOS ALBERTO RICH**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.033.567-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:27 30/09/2013 008399 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação

Pág. 48

Pesquisa Rápida

voltar

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 17534 - 16 de Abril de 2013

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 8938 de 16 de Abril de 2013**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título de terreno definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Município para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º.** A presente cessão terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril 2013.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 457/2013

Projeto de Lei nº 457/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 111/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cerro Azul.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 111/2013, visa efetuar a doação ao município de Cerro Azul, do imóvel composto pelos que especifica, com área total de 72.600,00 m², de Matrícula nº 13810, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul, de propriedade do Estado do Paraná.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

### **Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**(...)**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, parágrafo único, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça




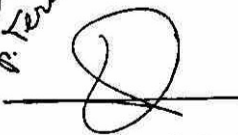
## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

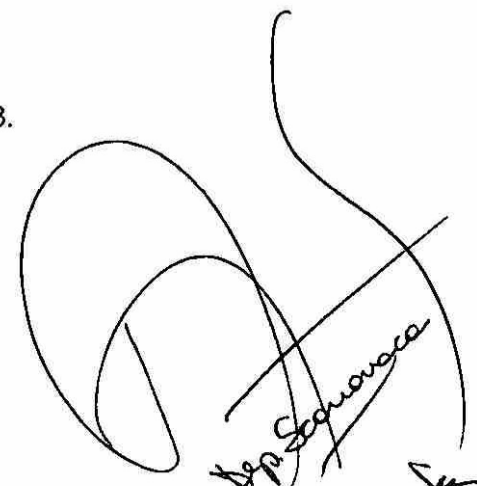



Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
Dep. Farias  
  
Dep. Quinteiro

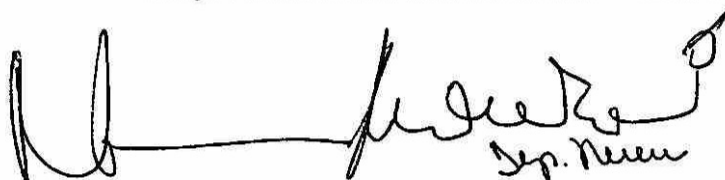
  
Dep. Dupion

  
Dep. Securacao  
  
Dep. Pastor  
  
Dep. Troniz  
  
Dep. Tadeu

APROVADO

15.10.13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Neri

  
Dep. Curi



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

MEMBROS: DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR (PRESIDENTE), DEPUTADO PEDRO LUPION (VICE-PRESIDENTE), DEPUTADO ANIBELLI NETO, DEPUTADO ELTON WELTER, DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR, DEPUTADO GILBERTO MARTIN, DEPUTADO RASCA RODRIGUES.



## **PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA**

### **PROJETO DE LEI Nº457/2013**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA AO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.

Autor: **PODER EXECUTIVO**

Relator: Deputado **GILBERTO MARTIN**

## **I – RELATÓRIO**

Veio a esta Comissão de Agricultura o Projeto de Lei (PL) nº 457/2013, Mensagem Governamental nº 111/2013 na sua origem, de autoria do PODER LEGISLATIVO, contendo a seguinte súmula: *"Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cerro Azul."*

De acordo com o artigo 1º do PL fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos lotes nºs 9, 17, 36, 37 e parte dos lotes nºs 35, 38 e 40 e um lote de título definitivo sob o nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

O artigo 2º do PL estabelece que o imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, bem como será utilizado exclusivamente pelo município em apreço com a finalidade de desenvolver atividades voltadas para o desenvolvimento da agricultura da região.

Ainda, cumpre-me ponderar que na inclusa justificativa, o Poder Executivo menciona que o imóvel atende plenamente ao interesse público e uma vez não sendo utilizado com a finalidade específica, contida na legislação, o imóvel retornará ao Estado do Paraná.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



Pois bem,

O Projeto tramitou nos termos regimentais, inclusive sendo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, consoante ao parecer de fls. 6/10 exarado pelo nobre Deputado Alexandre Curi, sendo então distribuído a esta Comissão de Agricultura para análise do mérito.

Foi nomeado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria, passando desta forma a exarar o competente parecer.

É O RELATÓRIO.

## II - DO VOTO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da preposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-E, *in verbis*:

*'Art. 33-E. Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos '*

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a preposição em análise objetiva doar ao município de Cerro Azul determinado imóvel exclusivamente para ser utilizado em atividades que visem o desenvolvimento da agricultura na região em que se localiza o município.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



Sob análise desta comissão não se encontra qualquer obstáculo na regular tramitação do Projeto de Lei, considerando que o projeto é louvável, promovendo avanços em relação à agricultura paranaense, inclusive por considerarmos que a agropecuária é, sem dúvidas, uma das atividades mais rentáveis ao Estado. Portanto, de grande valia o investimento realizado pelo Governo Estadual nesse setor.

Exclusivamente do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é meritória por estar presente o interesse público e também de relevante interesse social.

Por fim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não haver qualquer confronto legislativo não vislumbro a necessidade de emendamento ou proposição de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Desta forma, entendo pela aprovação do PL em apreço e a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa.

É O VOTO.

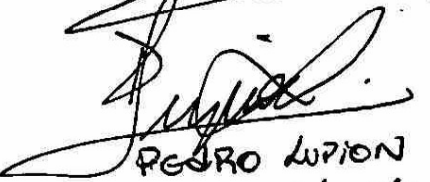
### III - CONCLUSÃO


Por todo o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 457/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, que objetiva a doação de imóvel ao município de Cerro Azul.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2013.

  
GILBERTO MARTIN  
Relator

  
HERMAS BRANDÃO JÚNIOR  
Presidente

  
PEDRO LUPION  
Vice-Presidente

  
Elton Welter





## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 457/2013

Projeto de Lei nº 457/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 111/2013

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul.**

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 457/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 111/2013, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes nºs 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes nºs 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m<sup>2</sup>, contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul-PR.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 457/2013, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cerro Azul no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para atividades de desenvolvimento agrícola na região. Lembrando que a Lei nº 17.534 de 16 de abril de 2013, que obedecia a mesma finalidade, passa a ser revogada, já que a Lei anterior apenas concedia a “cessão de uso” do imóvel ao município, sendo que a proposição atual altera este enfoque, permitindo a “doação” desta área ao município de Cerro Azul. Destacando que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses de todos e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento prioritário, que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



fortalecerá de forma direta o desenvolvimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 457/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 111/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:  
I Existência de interesse público devidamente justificado;  
(...)  
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, **Parágrafo Único**, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 457/2013**,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

#### **IV – VOTO DO RELATOR**


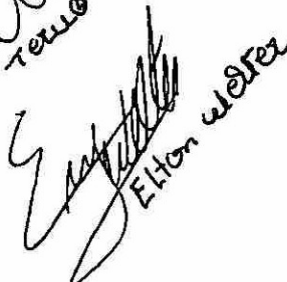
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Cerro Azul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 457/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

  
**TERCÍLIO TURINI**  
Presidente da Comissão  
(Em exercício)

  
**JONAS GUIMARÃES**  
Relator

  
Teruo Kato  
  
Elton Welter